



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35014.259213/2020-23

Interessado: Banco BMG S/A, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF, FLAVIO ISRAEL

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 09
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/10/2020, às 21:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1842450** e o código CRC **94F439D3**.

Referência: Processo nº 35014.259213/2020-23

SEI nº 1842450



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



INSS / PRESIDÊNCIA
COMANDO Nº

479.732.061

**SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO
DISTRITO FEDERAL**

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES

SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204

(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF

Ofício nº. 059/2019

Brasília, 7 de fevereiro de 2019.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul

Brasília - DF

Assunto: **Art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008**

Número do processo: 0715003-07.2018.8.07.0016

Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)

RECORRENTE: FLAVIO ISRAEL DE OLIVEIRA GOMES

RECORRIDO: BANCO BMG SA

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Senhoria que foi prolatado Acórdão nos autos do(a) RECURSO INOMINADO (460) em epígrafe, em que são partes: **RECORRENTE: FLAVIO ISRAEL DE OLIVEIRA GOMES** - CPF: 210.117.021-34 e **RECORRIDO: BANCO BMG SA** - CNPJ: 61.186.680/0001-74.

Em cumprimento ao determinado no referido Acórdão, encaminho anexos o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Atenciosamente,

PATRÍCIA TORRES SANTOS MAGALHÃES

Diretora de Secretaria

2º Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF



Número do documento: 19020717360213700000007017580

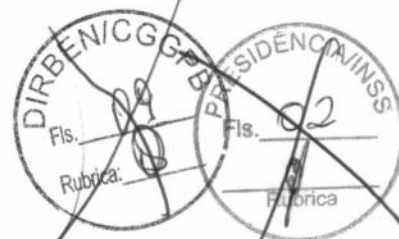
<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19020717360213700000007017580>

Assinado eletronicamente por: PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES - 07/02/2019 17:36:02

Processo 0715003-07.2018.8.07.0016 (1842432)

SEI 35014.259213/2020-23 / pg. 3

Num. 7172190 - Pág. 1



07/02/2019

Número: **0715003-07.2018.8.07.0016**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **13/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 16.091,04**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Processo referência: **0715003-07.2018.8.07.0016**

Assuntos: **Adimplemento e Extinção**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**



Partes	Advogados
FLAVIO ISRAEL DE OLIVEIRA GOMES (RECORRENTE)	
	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)
BANCO BMG SA (RECORRIDO)	
	FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6642062	12/12/2018 15:45	<u>Certidão de julgamento</u>	Certidão
6655493	13/12/2018 14:10	<u>Acórdão</u>	Acórdão
6655467	13/12/2018 14:10	<u>Relatório</u>	Relatório
6655470	13/12/2018 14:10	<u>Voto</u>	Voto
6655468	13/12/2018 14:10	<u>Ementa</u>	Ementa
7160281	07/02/2019 13:29	<u>Certidão</u>	Certidão
7172190	07/02/2019 17:36	<u>Ofício</u>	Ofício

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Segunda Turma Recursal

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Segunda Turma Recursal - 36ª Sessão Ordinária - 2018 - 2ª TRJEDF

Órgão : Segunda Turma Recursal

Espécie : RECURSO INOMINADO (460)

Nº
Processo : 0715003-07.2018.8.07.0016

Data da : 12/12/18
Sessão

Presidente : ALMIR ANDRADE DE FREITAS

Quorum : JOAO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORREA SILVA - 1º Vogal e
ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal

Decisão : **CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME.**

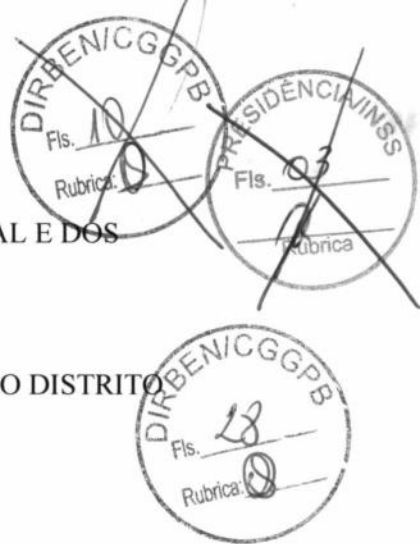
Brasília-DF, 12 de dezembro de 2018

PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES
Segunda Turma Recursal



**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL

Processo N. RECURSO INOMINADO 0715003-07.2018.8.07.0016

RECORRENTE(S) FLAVIO ISRAEL DE OLIVEIRA GOMES

RECORRIDO(S) BANCO BMG SA

Relator Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Acórdão N° 1143406

EMENTA

AUSÊNCIA DE CLAREZA NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. DIVERGÊNCIA ENTRE O CONTRATO PRETENDIDO E O CELEBRADO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO OBSERVADO. AUSÊNCIA DE USO DO CARTÃO DE CRÉDITO. NULIDADE. COMPENSAÇÃO ENTRE O VALOR RECEBIDO E EFETIVAMENTE PAGO PELA CONSUMIDORA. RESTITUIÇÕES NA FORMA SIMPLES. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 28/2008. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, eis que autora e réu se amoldam aos conceitos de consumidor e fornecedor (arts. 2º e 3º do CDC), devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.
2. Cumpre anotar que o autor realizou 3 contratos sucessivos junto ao banco réu: 7441699, 9156497 e 11878350. O réu juntou aos autos apenas o contrato nº 7441699, firmado em 19/10/2015.
3. Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, o autor não foi suficientemente informado acerca da sistemática de funcionamento dos contratos, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e art. 46, ambos do CDC.
4. Com efeito, não consta do contrato assinado pelo autor (ID 4756871, p. 1/7), de forma expressa e clara, o valor e a quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário.
5. Da mesma forma, não há no contrato o termo final da quitação da dívida e nem a informação de que o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito, que seria descontado no valor do benefício, não correspondia ao valor da parcela do financiamento.



6. Ressalte-se que, em razão da omissão do réu de trazer aos autos os contratos nº 9156497 e nº 11878350, também não há como saber os seus termos e as informações acima mencionadas.

7. Ademais, restou comprovado nos autos que o autor não usou o cartão de crédito, dando verossimilhança à sua tese de que pretendia realizar contratos diversos daquele constante no processo. Assim, forçoso reconhecer a nulidade dos contratos nº 7441699 (ID 4756871, p. 1/7), nº 9156497 e nº 11878350, nos termos do art. 51, IV, do CDC.

8. No que tange ao pleito de restituição dobrada de valores despendidos pelo consumidor, tenho que o mesmo não merece acolhida. Com efeito, os valores descontados serviram de pagamento a empréstimos por ele efetivamente utilizado, afastando a incidência do art. 42, parágrafo único, do CDC. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa, prática vedada pelo art. 884 do Código Civil.

9. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte do autor, que recebeu os valores emprestados pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (ID 4756852 e ID 4756853), na forma simples. Precedentes das Turmas Recursais.

10. Ao revés, o valor pago a maior pelo consumidor, se houve, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

11. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

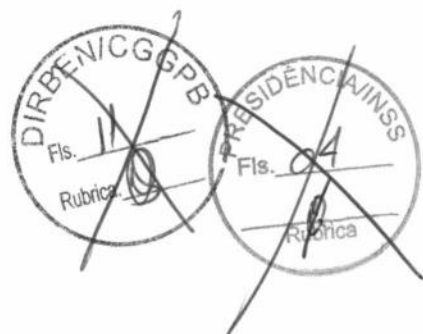
12. Recurso **CONHECIDO e PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade dos contratos nº 7441699 (ID 4756871, p. 1/7), nº 9156497 e nº 11878350 celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) determinar que o réu promova a suspensão imediata dos descontos salariais referentes aos contratos de empréstimo em questão; c) determinar devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (ID 4756852 e ID 4756853), na forma simples; d) condenar o réu a restituir, na forma simples, e se houver, valores que tenham sido pagos a maior pelo consumidor.

13. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

14. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

15. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à mingua de recorrente vencido na integralidade.





ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 12 de Dezembro de 2018

Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Relator

RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pelo autor contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, julgou improcedentes em parte os pedidos iniciais.

Alega a ausência de informação do banco e vício de consentimento na realização do contrato, uma vez que pretendia realizar empréstimo consignado na modalidade tradicional, devendo os valores pagos serem restituídos na forma dobrada. Assevera que tal fato lhe gerou danos morais indenizáveis.

Contrarrazões apresentadas (ID 4756879).

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.



Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, eis que autora e réu se amoldam aos conceitos de consumidor e fornecedor (arts. 2º e 3º do CDC), devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

Cumpre anotar que o autor realizou 3 contratos sucessivos junto ao banco réu: 7441699, 9156497 e 11878350. O réu juntou aos autos apenas o contrato nº 7441699, firmado em 19/10/2015.

Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, o autor não foi suficientemente informado acerca da sistemática de funcionamento dos contratos, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e art. 46, ambos do CDC.

Com efeito, não consta do contrato assinado pelo autor (ID 4756871, p. 1/7), de forma expressa e clara, o valor e a quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário.

Da mesma forma, não há no contrato o termo final da quitação da dívida e nem a informação de que o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito, que seria descontado no valor do benefício, não correspondia ao valor da parcela do financiamento.

Ressalte-se que, em razão da omissão do réu de trazer aos autos os contratos nº 9156497 e nº 11878350, também não há como saber os seus termos e as informações acima mencionadas.

Ademais, restou comprovado nos autos que o autor não usou o cartão de crédito, dando verossimilhança à sua tese de que pretendia realizar contratos diversos daquele constante no processo. Assim, forçoso reconhecer a nulidade dos contratos nº 7441699 (ID 4756871, p. 1/7), nº 9156497 e nº 11878350, nos termos do art. 51, IV, do CDC.

No que tange ao pleito de restituição dobrada de valores despendidos pelo consumidor, tenho que o mesmo não merece acolhida. Com efeito, os valores descontados serviram de pagamento a empréstimos por ele efetivamente utilizado, afastando a incidência do art. 42, parágrafo único, do CDC. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa, prática vedada pelo art. 884 do Código Civil.

Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte do autor, que recebeu os valores emprestados pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (ID 4756852 e ID 4756853), na forma simples.

No sentido acima, colaciono precedentes das Turmas Recursais: Acórdão n.1117921, 07007674120188070019, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 17/08/2018, Publicado no DJE: 04/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: SANTO HELENO DE SA versus BANCO BMG S.A. Acórdão n.1120325, 07137793420188070016, Relator: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 29/08/2018, Publicado no DJE: 05/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada Partes: PEDRO BORGES DOS SANTOS FILHO versus BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A.



Ao revés, o valor pago a maior pelo consumidor, se houve, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade dos contratos nº 7441699 (ID 4756871, p. 1/7), nº 9156497 e nº 11878350 celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) determinar que o réu promova a suspensão imediata dos descontos salariais referentes aos contratos de empréstimo em questão; c) determinar devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (ID 4756852 e ID 4756853), na forma simples; d) condenar o réu a restituir, na forma simples, e se houver, valores que tenham sido pagos a maior pelo consumidor.

Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à mingua de recorrente vencido na integralidade.

É como voto.

O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal

Com o relator

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal

Com o relator

DECISÃO

CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME.



Trata-se de recurso inominado interposto pelo autor contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, julgou improcedentes em parte os pedidos iniciais.

Alega a ausência de informação do banco e vício de consentimento na realização do contrato, uma vez que pretendia realizar empréstimo consignado na modalidade tradicional, devendo os valores pagos serem restituídos na forma dobrada. Assevera que tal fato lhe gerou danos morais indenizáveis.

Contrarrazões apresentadas (ID 4756879).

É o relatório.



Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, eis que autora e réu se amoldam aos conceitos de consumidor e fornecedor (arts. 2º e 3º do CDC), devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

Cumpre anotar que o autor realizou 3 contratos sucessivos junto ao banco réu: 7441699, 9156497 e 11878350. O réu juntou aos autos apenas o contrato nº 7441699, firmado em 19/10/2015.

Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, o autor não foi suficientemente informado acerca da sistemática de funcionamento dos contratos, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e art. 46, ambos do CDC.

Com efeito, não consta do contrato assinado pelo autor (ID 4756871, p. 1/7), de forma expressa e clara, o valor e a quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário.

Da mesma forma, não há no contrato o termo final da quitação da dívida e nem a informação de que o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito, que seria descontado no valor do benefício, não correspondia ao valor da parcela do financiamento.

Ressalte-se que, em razão da omissão do réu de trazer aos autos os contratos nº 9156497 e nº 11878350, também não há como saber os seus termos e as informações acima mencionadas.

Ademais, restou comprovado nos autos que o autor não usou o cartão de crédito, dando verossimilhança à sua tese de que pretendia realizar contratos diversos daquele constante no processo. Assim, forçoso reconhecer a nulidade dos contratos nº 7441699 (ID 4756871, p. 1/7), nº 9156497 e nº 11878350, nos termos do art. 51, IV, do CDC.

No que tange ao pleito de restituição dobrada de valores despendidos pelo consumidor, tenho que o mesmo não merece acolhida. Com efeito, os valores descontados serviram de pagamento a empréstimos por ele efetivamente utilizado, afastando a incidência do art. 42, parágrafo único, do CDC. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa, prática vedada pelo art. 884 do Código Civil.

Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte do autor, que recebeu os valores emprestados pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (ID 4756852 e ID 4756853), na forma simples.

No sentido acima, colaciono precedentes das Turmas Recursais: Acórdão n.1117921, 07007674120188070019, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 17/08/2018, Publicado no DJE: 04/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: SANTO HELENO DE SA versus BANCO BMG S.A. Acórdão n.1120325, 07137793420188070016, Relator: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 29/08/2018, Publicado no DJE: 05/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada Partes: PEDRO BORGES DOS SANTOS FILHO versus BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A.

Ao revés, o valor pago a maior pelo consumidor, se houve, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.



Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade dos contratos nº 7441699 (ID 4756871, p. 1/7), nº 9156497 e nº 11878350 celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) determinar que o réu promova a suspensão imediata dos descontos salariais referentes aos contratos de empréstimo em questão; c) determinar devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (ID 4756852 e ID 4756853), na forma simples; d) condenar o réu a restituir, na forma simples, e se houver, valores que tenham sido pagos a maior pelo consumidor.

Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à mingua de recorrente vencido na integralidade.

É como voto.



AUSÊNCIA DE CLAREZA NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. DIVERGÊNCIA ENTRE O CONTRATO PRETENDIDO E O CELEBRADO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO OBSERVADO. AUSÊNCIA DE USO DO CARTÃO DE CRÉDITO. NULIDADE. COMPENSAÇÃO ENTRE O VALOR RECEBIDO E EFETIVAMENTE PAGO PELA CONSUMIDORA. RESTITUIÇÕES NA FORMA SIMPLES. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 28/2008. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, eis que autora e réu se amoldam aos conceitos de consumidor e fornecedor (arts. 2º e 3º do CDC), devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

2. Cumpre anotar que o autor realizou 3 contratos sucessivos junto ao banco réu: 7441699, 9156497 e 11878350. O réu juntou aos autos apenas o contrato nº 7441699, firmado em 19/10/2015.

3. Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, o autor não foi suficientemente informado acerca da sistemática de funcionamento dos contratos, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e art. 46, ambos do CDC.

4. Com efeito, não consta do contrato assinado pelo autor (ID 4756871, p. 1/7), de forma expressa e clara, o valor e a quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário.

5. Da mesma forma, não há no contrato o termo final da quitação da dívida e nem a informação de que o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito, que seria descontado no valor do benefício, não correspondia ao valor da parcela do financiamento.

6. Ressalte-se que, em razão da omissão do réu de trazer aos autos os contratos nº 9156497 e nº 11878350, também não há como saber os seus termos e as informações acima mencionadas.

7. Ademais, restou comprovado nos autos que o autor não usou o cartão de crédito, dando verossimilhança à sua tese de que pretendia realizar contratos diversos daquele constante no processo. Assim, forçoso reconhecer a nulidade dos contratos nº 7441699 (ID 4756871, p. 1/7), nº 9156497 e nº 11878350, nos termos do art. 51, IV, do CDC.

8. No que tange ao pleito de restituição dobrada de valores despendidos pelo consumidor, tenho que o mesmo não merece acolhida. Com efeito, os valores descontados serviram de pagamento a empréstimos por ele efetivamente utilizado, afastando a incidência do art. 42, parágrafo único, do CDC. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa, prática vedada pelo art. 884 do Código Civil.

9. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte do autor, que recebeu os valores emprestados pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (ID 4756852 e ID 4756853), na forma simples. Precedentes das Turmas Recursais.

10. Ao revés, o valor pago a maior pelo consumidor, se houve, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

11. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

12. Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade dos contratos nº 7441699 (ID 4756871, p. 1/7), nº 9156497 e nº 11878350 celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) determinar que o réu promova a suspensão imediata dos descontos



salariais referentes aos contratos de empréstimo em questão; c) determinar devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (ID 4756852 e ID 4756853), na forma simples; d) condenar o réu a restituir, na forma simples, e se houver, valores que tenham sido pagos a maior pelo consumidor.

13. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

14. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES N° 28/2008.

15. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à mingua de recorrente vencido na integralidade.





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal



Número do processo: 0715003-07.2018.8.07.0016

Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)

Assunto: [Adimplemento e Extinção]

RECORRENTE: FLAVIO ISRAEL DE OLIVEIRA GOMES

RECORRIDO: BANCO BMG SA

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que, à 00:00:00 de **7 de fevereiro de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

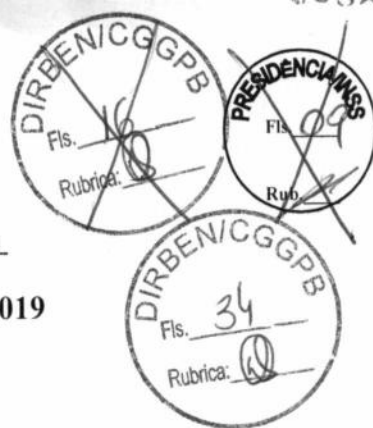
Brasília-DF, 7 de fevereiro de 2019.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 12/02/2019



Ref.: Ofício nº 059/2019 (SIPPS nº 479.732.061)

Int.: Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

Ass.: Processo nº 0715003-07.2018.8.07.0016 – Art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008

1. Ciente.
2. Encaminhe-se ao Diretor de Benefícios, para conhecimento e adoção das providências cabíveis.



ANTONIO DE JESUS DA ROCHA FREITAS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Presidência



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35014.259213/2020-23.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5469261** e o código CRC **482DF143**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.259213/2020-23

SEI nº 5469261